

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.595.229 - MT (2019/0296531-5)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
AGRAVANTE : ANTONIO ALVES DUARTE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

EMENTA

PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. DOSIMETRIA. PLEITO DE AFASTAMENTO DA QUALIFICADORA DO ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. IMPOSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS APURADAS PELO EG. TRIBUNAL A **QUO** QUE JUSTIFICARAM A EXCEPCIONALIDADE DA ADMISSÃO DA PERÍCIA INDIRETA. OUTROS MEIOS DE PROVA. PRECEDENTES. LAUDO ELABORADO POR DUAS PESSOAS IDÔNEAS COM DIPLOMA DE NÍVEL SUPERIOR. ART. 159, §1º, DO CPP. OBSERVÂNCIA. PRECEDENTES. SÚMULA N. 568/STJ. INCIDÊNCIA. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 59 DO CP. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NA EXTENSÃO, DESPROVER.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **ANTONIO ALVES DUARTE** contra decisão que inadmitiu o recurso especial em razão da incidência das **Súmulas 83/STJ e 284/STF** (fls. 259/263).

Consta dos autos que o agravante foi condenado pelo MM. Juízo de primeiro grau como incurso nas sanções do artigo 155, §4º, inciso I, c/c o art. 311, **caput**, ambos do Código Penal, à pena de **02 (dois) anos de reclusão, 06 (seis) meses de detenção, e de 10 (dez dias-multa**, no regime inicial **aberto**. A pena corporal foi substituída por restritivas de direitos. (fl. 217).

Em segunda instância, o eg. Tribunal **a quo**, negou provimento ao apelo defensivo. Eis a ementa do Julgado (fls. 215/216):

"APELAÇÃO CRIMINAL – CONDENAÇÃO PELA PRÁTICA DOS CRIMES PREVISTOS ART. 155, § 4.º, INCISO I C/C O ART. 311, CAPUT AMBOS DO CÓDIGO PENAL – IRRESIGNAÇÃO DA DEFESA – 1. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO DO

DELITO PATRIMONIAL, POR AUSÊNCIA DE PROVA – IMPOSSIBILIDADE – APREENSÃO DA RES FURTIVA EM PODER DO RÉU ALIADA AOS DEPOIMENTOS DOS AGENTES PÚBLICOS – 2. REQUESTADA A EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA REFERENTE AO ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO – NÃO CABIMENTO – PROVA DOCUMENTAL E REGISTRO FOTOGRÁFICO ATESTANDO-A – 3. ABSOLVIÇÃO DO CRIME DE DESACATO, POR ATIPICIDADE DA CONDUTA – DOLO COMPROVADO POR MEIO DAS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS – 4. PREQUESTIONAMENTO – RECURSO DEFENSIVO DESPROVIDO.

1. A apreensão da res furtiva em poder do agente somada aos depoimentos dos policiais militares assegurando ser ele o autor do crime garante a manutenção do édito condenatório. Inteligência do art. 156 do CPP e do Enunciado Orientativo n.º 08 da TCCR/TJMT. 2. Sedimentado o entendimento neste e. Tribunal de Justiça no sentido de que a ausência de exame de corpo de delito para a comprovação dos vestígios advindos da prática do crime pode ser suprida por outra prova documental, tal como Auto de Constatação da Local do Crime, motivo pela qual, , é incabível a exclusão da qualificadora in casu referente ao rompimento de obstáculo.

3. Presentes provas orais assegurando que o agente proferiu palavras de baixo calão contra agentes públicos, no intuito de desprestigiar a função por eles exercidas, incabível acolher o pleito absolutório formulado pelo agente, por ausência de provas da sua atuação dolosa.

4. A título de prequestionamento, restam integrados na fundamentação do voto os artigos relacionados com as matérias debatidas nas razões recursais."

Foi interposto, então, recurso especial (fls. 233/272), com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, o qual não foi admitido em razão da aplicação dos verbetes acima mencionados e, como consequência, a presente irresignação, onde se sustenta a não incidência dos referidos óbices.

Nas razões que embasaram o apelo nobre, a Defesa sustentou que o aresto hostilizado violou os arts. 59 e 155, §4º, inciso I, ambos do Código Penal, bem como os arts. 158 e 159, ambos do Código de Processo Penal, ao argumento de ser imprescindível a realização de exame pericial para o reconhecimento da qualificadora do rompimento de obstáculo, nas infrações que deixam vestígios, no

crime de furto, a qual não pode ser reconhecida por exame documental realizado por policiais civis que não comprovem possuírem curso superior.

Informa, para tanto, que "(...) a prova documental foi realizada por dois investigadores de polícia civil, em dissonância ao que preceitua o artigo de lei mencionado e mantida pelo Tribunal a quo por entender "preciosismo injustificado" a necessidade de perícia técnica, em nítida afronta aos artigos de lei mencionados" (fl. 240).

Busca, ainda, demonstrar que "(...) o exame documental procedido por policiais civis que não comprovem possuírem curso superior é nulo, hipótese que se encaixa perfeitamente ao caso" (fl. 241).

Pretende, portanto, o afastamento da qualificadora do rompimento de obstáculo.

O Ministério Público Federal opinou pelo **conhecimento** do agravo para **desprover** do recurso especial (fls. 298/302), nos termos da seguinte ementa:

"AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVANTE CONDENADO À PENA DE 02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO E DE 06 (SEIS) MESES DE DETENÇÃO, A SEREM CUMPRIDAS EM REGIME INICIAL ABERTO, SUBSTITUÍDAS POR DUAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, COMO INCURSO NAS SANÇÕES DO ARTIGO 155, § 4º, INCISO I C/C O ART. 311, CAPUT, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. PLEITO DE DECOTE DA QUALIFICADORA DE ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. INVIABILIDADE. AUTO DE CONSTATAÇÃO FIRMADO POR DOIS INVESTIGADORES DE POLÍCIA, DETENTORES, EX VI LEGIS (LC 407 DO ESTADO DO MT, ART. 126), DE CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO SUPERIOR, COM REGISTRO FOTOGRÁFICO DO LOCAL. PARECER PELO CONHECIMENTO DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL."

É o relatório.

Decido.

Superada a questão relativa à admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

Conforme relatado, busca o insurgente, em síntese, a reforma do julgado, apontando, para tanto, contrariedade do acórdão recorrido aos arts. 59 e 155, §4º, inciso I, ambos do Código Penal, e aos arts. 158 e 159, ambos do Código de Processo Penal, porquanto entende que para o reconhecimento da qualificadora do rompimento de obstáculo, o exame documental não deve ser realizado por policiais civis sem que haja comprovação de curso superior.

Nesse particular, assim fundamentou o e. Tribunal de origem, **in verbis** (fls. 223/224):

1.2. Da exclusão da qualificadora referente ao rompimento de obstáculo Outrossim, conquanto a i. Defesa aduza ser impositiva a exclusão da qualificadora prevista no inciso I do § 4.º do art. 155 da Lei Penal Material, alegando, para tanto, que a confecção do Auto de Constatação do local do crime não supre a produção de prova pericial nos moldes delineados no art. 159 c/c art. 171 ambos do Código de Processo Penal, a pretensão mais uma vez não prospera.

*Isso porque este e. Tribunal de Justiça, por sua vez, atento as deficitárias condições do Poder Executivo, em especial no interior do Estado, visando resguardar o espírito da lei penal e dar especial reprovabilidade a conduta do agente que deliberadamente ultrapassa as barreiras impostas pelo sujeito passivo para alcançar o patrimônio a ele pertencente, **concluiu pela possibilidade de outros elementos probatórios substituírem o exame de corpo de delito, desde que essa operação seja feita por outra prova técnica**, consoante se vê do arresto a seguir colacionado:*

[...]

*No caso concreto, tal como salientado pela i. Defesa, inexistente a realização de exame de corpo de delito por peritos oficiais, entretanto, **há no caderno processual o Auto de Constatação do Local do Crime confeccionado por dois investigadores da Polícia Judiciária Civil da Comarca de Lucas do Rio Verde, concluindo “que o suspeito danificou a porta de metal da frente, conforme fotografias em anexo, desta forma, conseguiu subtrair os objetos relacionado no BO PM 20188.283075” (sic - ID 6782361).***

*Embora não modelar, **a prova documental citada supre aquela prevista em lei, pois, além das informações ali consignadas se revestiram de verossimilhança, já que grafadas por agentes públicos, a circunstância por eles aferida, isto é, o arrombamento de uma porta, é de fácil verificação e não requer conhecimentos específicos.***

Exigir mais provas das que ora vistas nos autos para comprovação da qualificadora em apreço, seria um preciosismo injustificado ou mesmo submissão cega à lei, que, além de acarretar delonga processual desnecessária, representaria também o emprego temerário de verba pública, o

que não se mostra admissível na atual crise financeira vivenciada pelo Estado.

Tanto é assim que atualmente visualizam-se indicativos de mudança do posicionamento do Superior Tribunal de Justiça quanto ao tema em apreço, pois há julgado permitindo o emprego de outras provas documentais para suprir a ausência de perícia nos moldes previstos em lei, in verbis:

[....]

Desta feita, mostra-se escorreita a atuação da autoridade judiciária de primeiro grau de jurisdição, não comportando qualquer retificação por esta instância revisora."

In casu, da análise dos excertos acima transcritos, constata-se que a eg. Corte de origem concluiu que "(...) a porta da residência da vítima Wanderson de Paula Ferreira foi danificada/arrombada enquanto ele empreendia uma viagem, e, do seu interior, subtraídos diversos objetos, demonstrando, assim, à saciedade, a **existência do delito de furto qualificado**" (fl.221).

Outrossim, observo que os profissionais que confeccionaram o auto de avaliação indireta são 2 (dois) investigadores da polícia civil, os quais comprovaram a qualificadora de arrombamento de obstáculo por meio de fotografias juntadas aos autos (fl. 224).

Destarte, o acórdão recorrido, acerca da matéria, esta em consonância com o entendimento desta eg. Corte Superior, firmado no sentido de que a realização da prova pericial deve se pautar nas formalidades previstas no art. 159, **caput** e § 1º, do Código de Processo Penal, a qual determina que a elaboração do laudo técnico se dê por perito oficial, ou, na sua ausência, por duas pessoas idôneas ou portadoras de diploma de curso superior, como se deu no caso dos autos.

Por oportuno, trago à colação o seguinte trecho retirado do d. parecer do Ministério Público Federal, **in verbis** (fls. 301/302):

"De acordo com o documento de fl. 32, os investigadores ANDERSON LAURO FERREIRA DA SILVA e ANDRESSON MARTINS ARAÚJO compareceram ao local dos fatos e constataram "que o suspeito danificou a porta de metal da frente, conforme fotografias em anexo, deste forma, conseguiu subtrair os objetos relacionados -no BO PM 2018.283075."

Reza o artigo 126 da Lei Complementar n.º 407, Matogrossense¹:

“Art. 126

São requisitos para inscrição no concurso:

[...]

VIII para o investigador de polícia, ser portador de certificado de conclusão escolar do grau superior, registrado no Ministério da Educação e de Carteira Nacional de Habilitação das categorias "D", "C" ou "B"”.

A disposição legal em testilha – **de conhecimento público** - autoriza a afirmação de que os investigadores que firmaram o Auto de Constatação de fl. 32 são “portadores de certificado de conclusão escolar do grau superior”, atendendo, dessarte, às formalidades legais.

A propósito:

"PROCESSO PENAL E PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO PELO ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. LAUDO PERICIAL INDIRETO REALIZADO POR DOIS PERITOS NOMEADOS, COMPROMISSADOS, COM FORMAÇÃO EM CURSO SUPERIOR. INCIDÊNCIA DA QUALIFICADORA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. É firme o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o exame de corpo de delito, direto ou indireto, é indispensável para a incidência da qualificadora do rompimento de obstáculo, no delito de furto, consoante disposto no art. 155, § 4º, inciso I, do Código Penal, c/c o art. 158, do Código de Processo Penal.

2. Não há nenhum óbice legal ao exame de corpo de delito indireto, mormente por estar expressamente disciplinado no art. 158 do Código de Processo Penal, o qual não se confunde com o chamado exame indireto. No primeiro, realiza-se um laudo firmado por perito, porém a partir da análise de documentos ou depoimentos de testemunhas. O segundo consiste na prova testemunhal prestada em juízo, a respeito do vestígio do crime, em razão do seu desaparecimento, ex vi do art. 167 do CPP (AgRg no REsp n. 1544900/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 27/10/2015, DJe 16/11/2015).

3. O exame técnico deve ser realizado por perito oficial, portador de diploma de curso superior ou, na sua falta, por duas pessoas idôneas, compromissadas e que possuam qualificação técnica - ex vi do art. 159, §§ 1º e 2º, do CPP. Precedentes.

4. A ausência de perícia no local dos fatos não impede, na espécie, a incidência da qualificadora do rompimento

de obstáculo, uma vez que foi realizado exame pericial indireto, elaborado por dois peritos nomeados, compromissados e portadores de diploma de curso superior.

*5. Agravo regimental não provido" (AgRg no REsp n. 1.838.301/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 22/11/2019).*

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. AFASTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS APURADAS PELO EG. TRIBUNAL A QUO QUE JUSTIFICARAM A EXCEPCIONALIDADE DA ADMISSÃO DA PERÍCIA INDIRETA E DA PROVA TESTEMUNHAL. PRECEDENTES. SÚMULA N. 568/STJ. FORMALIDADE LEGAL. ELABORAÇÃO POR DUAS PESSOAS IDÔNEAS COM DIPLOMA DE NÍVEL SUPERIOR. ART. 159, § 1º, DO CPP. OBSERVÂNCIA. PRECEDENTES. SÚMULA N. 568/STJ. INCIDÊNCIA MANTIDA.

*I - Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que, "[e]m se tratando da configuração de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, o exame pericial não se constitui o único meio probatório possível para a comprovação da qualificadora de rompimento de obstáculo no crime de furto, sendo lícito, na busca pela verdade real, e considerando o sopesamento das circunstâncias do caso concreto, a utilização de outras formas, tais como a prova testemunhal e a documental, desde que devidamente justificada a impossibilidade de realização do laudo pericial. Precedentes" (AgRg no REsp n. 1.732.484/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, DJe de 31/8/2018, grifei).*

*II - Também da jurisprudência desta eg. Corte Superior, colhe-se o entendimento segundo o qual "[n]a hipótese, o auto de constatação de arrombamento indireto, embora não tenha sido elaborado por perito com habilidade técnica específica, foi efetivado por dois policiais civis, regularmente nomeados pela autoridade policial, os quais são pessoas portadoras de diploma de curso superior" (AgRg no REsp n. 1.544.900/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. Gurgel de Faria, DJe de 16/11/2015).*

*Agravo regimental desprovido" (AgRg no REsp n. 1.810.571/RS, **Quinta Turma**, de **minha relatoria**, DJe 28/10/2019).*

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. FURTO QUALIFICADO. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. AUTO

DE CONSTATAÇÃO INDIRETO. EXAME REALIZADO POR POLICIAIS CIVIS COM CURSO SUPERIOR. NULIDADE DO LAUDO. NÃO OCORRÊNCIA. EXEGESE DOS ARTS. 158, 159, 160 E 167 DO CPP.

(...)

3. É certo que a prova pericial deve se revestir das formalidades previstas no art. 159, caput e § 1º, do Código de Processo Penal, que determina a realização de laudo técnico por perito oficial, ou, na sua ausência, por duas pessoas idôneas e portadoras de diploma de curso superior.

4. Na hipótese, o auto de constatação de arrombamento indireto, embora não tenha sido elaborado por perito com habilidade técnica específica, foi efetivado por dois policiais civis, regularmente nomeados pela autoridade policial, os quais são pessoas portadoras de diploma de curso superior.

[...]

6. Agravo regimental a que se nega provimento"
(AgRg no REsp n. 1.544.900/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Gurgel de Faria**, DJe de 16/11/2015).

Portanto, estando o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal **a quo** em conformidade com o entendimento desta Corte de Justiça quanto ao tema, incide, no caso o enunciado da **Súmula n. 568/STJ**, **in verbis**: "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*"

Por fim, quanto à alegada violação ao art. 59 do Código Penal, verifico o insurgente deixou de demonstrar de que maneira o v. acórdão recorrido teria negado vigência ao mencionado dispositivo.

Desse modo, deduzidos maltratos a lei federal de forma genérica, sem a individualização e indicação precisa do modo como o artigo de lei federal teria sido supostamente violado, incide a **Súmula n. 284 do STF**, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*". Nesse sentido:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL.
DIREITO PENAL. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA.
DISPOSITIVO LEGAL APONTADO COMO VIOLADO CARENTE DE**

COMANDO NORMATIVO PARA ALTERAR O JULGADO. SÚMULA 284 DO STF. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Nota-se que o dispositivo invocado como violado não tem comando normativo suficiente para alterar a conclusão do aresto atacado. Isso porque a controvérsia dos autos foi dirimida à luz de outros artigos de lei, preceitos legais não invocados como vulnerados pelas razões do apelo extremo.

1. É importante ponderar que **o recurso especial é reclamo de natureza vinculada e, dessa forma, para o seu cabimento, imprescindível que o recorrente demonstre de forma clara e objetiva os dispositivos apontados como malferidos pela decisão recorrida, sob pena de inadmissão. Incidência da Súmula 284 do STF. Precedentes.**

2. Agravo regimental improvido" (AgRg no REsp n. 1.754.394/MT, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 17/09/2018, destaquei).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. DESCLASSIFICAÇÃO DA PENA DO ART. 214, DO CP, PARA A CONTRAVENÇÃO PENAL PREVISTA NO ART. 65 DA LCP. TEMA NÃO DEBATIDO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SÚMULA 211/STJ. INCIDÊNCIA. FIXAÇÃO DA PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7, STJ. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. FIXAÇÃO DE REGIME FECHADO. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

3. A alegada afronta à lei federal não restou demonstrada, com clareza, de que forma o acórdão recorrido violou tais dispositivos, caracterizando, desta maneira, a ausência de fundamentação jurídica e legal, conforme previsto no enunciado da Súmula 284, do STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

4. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp n. 419.456/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Moura Ribeiro**, DJe de 25/02/2014).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, incisos I e II, b, do Regimento Interno do STJ, **conheço do agravo para conhecer em parte**

do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

P. e I

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator